



O PROJETO DE EXTENSÃO “CONHECENDO O IFG” E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dalliane Louredo de Melo Moreira ¹
Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro ²

RESUMO

Este estudo faz parte de uma pesquisa intitulada *A comunicação pública no IFG: um estudo a partir do projeto de extensão “Conhecendo o IFG” no Câmpus Goiânia* e objetiva tecer considerações iniciais sobre a relação entre a comunicação pública e o projeto de extensão. Este visa receber estudantes para que conheçam a instituição e consequentemente façam o processo seletivo para uma das vagas ofertadas. A escolha pelo Câmpus Goiânia se deu em função de ser o primeiro câmpus a ser instalado em Goiás, e também o que tem maior número de cursos técnicos integrados ao ensino médio. As discussões pautaram-se no levantamento bibliográfico e de documentos institucionais internos. O projeto Conhecendo o IFG apresenta-se como um importante elo da instituição com a comunidade externa. Além disso, apreende-se a contribuição da comunicação pública com uma maior compreensão da concepção de formação técnica integrada ao ensino médio junto aos estudantes partícipes do projeto.

Palavras-chave: Comunicação pública, Extensão, Instituto Federal, Técnico integrado ao ensino médio, Conhecendo o IFG.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é uma instituição centenária que surge em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, na antiga capital do Estado, Vila Boa, atualmente Cidade de Goiás-GO (BRASIL, 1909). Com a construção de Goiânia-GO, em 1942, a escola foi transferida para a nova capital, ganhando o nome de Escola Técnica de Goiânia (MANSO, 2016). Posteriormente foi denominada de Escola Técnica Federal de Goiás; em 1999, com a oferta de cursos tecnológicos passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e, em 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás ou, com nomenclatura reduzida, Instituto Federal de Goiás – IFG.

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - GO, dalliane.louredo@gmail.com;

² Orientadora: Doutora em Educação e professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - GO, mdrcastro16@gmail.com.



A instituição conta com 14 câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Possui cerca de 12.587 alunos matriculados em cursos regulares e presenciais, dos quais, 5.264 são alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo deste número, 3.682 alunos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e 1.582 alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (IFG, 2019b).

De acordo com o seu estatuto, o IFG tem como um dos seus princípios norteadores o compromisso com os direitos humanos, justiça social, equidade, diversidade, cidadania e ética. Tem como finalidade, entre outras, ofertar cursos de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, para formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFG, 2018c).

Para melhor divulgar as ações do IFG e seus cursos foi elaborado pela Pró-reitoria de Extensão da instituição, em 2011, o projeto de extensão intitulado Conhecendo o IFG. Na busca por “ampliar e fortalecer seus vínculos com a sociedade, por meio da aproximação com os organismos sociais e da comunidade em geral” (IFG, 2011, p. 04). O projeto foi institucionalmente inserido no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG em 2012 (IFG, 2013). No entanto, apesar de ser executado no Câmpus Goiânia, desde então, não se insere no PPPI de 2018 (atual) da Instituição.

O Câmpus Goiânia do IFG participa do projeto Conhecendo o IFG desde 2011, em que eram agendadas visitas de grupos de alunos do 9º ano do ensino fundamental ou do 3º ano do ensino médio das escolas que procuravam o IFG para fazerem as visitas. Estas eram marcadas e realizadas ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade da escola visitante e do setor de transportes do IFG, responsável por buscar os alunos na escola. No ano de 2017, por exemplo, o projeto atendeu em torno de 400 alunos de 13 escolas de Goiânia e de Aparecida de Goiânia (IFG, 2018a).

Em 2018, diferente dos anos anteriores, priorizou-se a realização do projeto como maratona devido ao grande número de visitas em um curto prazo. O objetivo da maratona foi intensificar as visitas das escolas de ensino fundamental ao Câmpus Goiânia de forma a coincidir com o processo seletivo em aberto dos cursos técnicos



integrados. No período de dois meses (agosto e setembro de 2018), foram atendidos 1.083 alunos de 22 escolas, sendo 9 municipais, 8 estaduais, 2 cursos preparatórios para o IFG e 3 escolas conveniadas ou particulares. Ao todo, em 2018, foram recebidos no IFG – Câmpus Goiânia 1.518 alunos de 31 escolas (IFG, 2019a).

Na dinâmica da oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, a Instituição apresenta uma grande procura, por parte da comunidade, a uma das vagas dos seus cursos. Em 2018, de acordo com o Centro de Seleção do IFG, no processo seletivo dos cursos técnicos integrados para ingresso em 2019, houve inscrição de 7.633 candidatos (IFG, 2018c) para 1.374 vagas distribuídas nos 42 cursos técnicos integrados ao ensino médio dos 14 câmpus (IFG, 2018b).

Este texto buscou apreender, portanto, a relação do projeto Conhecendo o IFG e a comunicação pública de forma que o IFG possa contribuir para que o aluno tenha a opção de fazer o processo seletivo, estudar na instituição e conhecer os princípios político-pedagógicos dos cursos ofertados. Como referenciais teóricos, adota-se as contribuições de Jorge Duarte e Heloiza Matos, no tema de comunicação pública; Paulo Freire e Sueli Mazzilli, com a extensão, e ensino técnico integrado com Marise Ramos, Maria Ciavatta e Dante Moura.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, a abordagem de investigação, de acordo com Gamboa (2007), leva-se em consideração a construção e transformação tanto do sujeito quanto do objeto no processo do conhecimento; em que os dados objetivos da realidade são lidos e interpretados pelo sujeito para a compreensão do todo.

Para Freire (2017), não perceber a realidade como uma totalidade é um equívoco, isto porque é preciso que os homens tomem a consciência da realidade em que estão inseridos e que haja um processo de interação entre as partes (o homem em suas relações com o outro e com o mundo).

Torna-se importante reconhecer que a construção teórica e política desse objeto é um processo historicamente construído: a sociedade complexa de hoje é apenas uma parte de toda a sua história (GAMBOA, 2007); e os resultados das investigações devem ser compreendidos como uma apreensão do objeto/realidade circundante.



Opta-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa e que, em termos metodológicos, foram selecionados os seguintes procedimentos de coleta de dados: levantamento da literatura e análise documental (normativas federais e específicas do IFG, bem como do IFG-Câmpus Goiânia), tais como: estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023, Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de 2012 e 2018 e o próprio projeto de extensão “Conhecendo o IFG”.

O estudo apresentado aborda o projeto de extensão realizado no Câmpus Goiânia do IFG. A escolha por este câmpus deve-se ao fato de que, além de ser o primeiro câmpus a ser instalado em Goiás, é o que tem com o maior de número de cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como o maior número de alunos nesta modalidade, representando 20,04% de estudantes matriculados em todo o IFG³ (IFG, 2019b).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os insitutos federais, de acordo com a lei de criação n° 11.892/2008, em cada exercício, devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

A Educação profissional e tecnológica é regulamentada pelo Decreto n° 5.154/2004, em que é desenvolvida por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva,

O IFG tem buscado ampliar e fortalecer seus vínculos com a sociedade, por meio da aproximação com os organismos sociais e da comunidade em geral, incentivando e encaminhando programas, ações e projetos voltados para resgatar o seu papel

³ Com exceção dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, 738 alunos estão no Câmpus Goiânia. (IFG, 2019b).



socializador, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia e da cidadania. (IFG, 2011, p. 4).

Assim, pelo projeto de extensão, o Instituto recebe alunos do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas (municipais e estaduais) para que conheçam seus cursos, sua estrutura física e obtenham informações sobre os processos seletivos. Temer (2009, p. 16) analisa que

a informação é a matéria prima da comunicação, mas existe independentemente da comunicação. Quando o receptor interpreta a informação, realiza-se um processo de comunicação. Comunicação, portanto, é mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento.

Duarte (2011) também analisa a informação como sendo a base da comunicação; ela é necessária, porém não suficiente para comunicar, pois ela pode ser mal-compreendida ou inacessível ou até mesmo manipulada e isso não se traduz a uma comunicação, que é “um **processo** circular e permanente de troca de informações e de mútua influência” (DUARTE, 2011, p. 129, grifo do autor).

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, os institutos têm o objetivo de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos técnicos integrados, em que o aluno, em um único curso, conclui o ensino médio e o ensino técnico de nível médio, “garantindo que todos os componentes curriculares referentes às duas finalidades complementares sejam oferecidos, simultaneamente, desde o início até a conclusão do curso” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 404).

Como ação afirmativa e em atenção à legislação vigente, o IFG reserva no mínimo 50% das vagas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio a candidatos oriundos de escolas públicas. Portanto, o público a que se destina o projeto Conhecendo o IFG, alunos dos 9º anos do Ensino Fundamental, também é o público potencial para participar dos processos seletivos nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio⁴ do IFG. Neste contexto, insere-se a importância de se compreender a formação técnica integrada ao ensino médio.

⁴ Com exceção para os cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, para os quais a idade mínima é 18 anos.



Para Ciavatta e Ramos (2011, p. 31), o termo integrado assume um sentido mais amplo, em que “integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo”.

Para as autoras, é uma concepção de formação politécnica, que orienta tanto a formação geral quanto a profissional, com o propósito de que os trabalhadores compreendam as relações sociais de produção científica, tecnológica e cultural e o processo contraditório e histórico das forças produtivas. Nessa compreensão, o trabalho, então, é apreendido como princípio educativo, não apenas em nível profissional, pois é nela que os conteúdos históricos do trabalho são apreendidos para a transformação das condições históricas do ser humano e ampliação de suas capacidades e potencialidades.

Moura, Lima Filho e Silva (2015), também analisam o trabalho como princípio educativo, em que a educação brasileira garanta

uma base unitária para todos, fundamentada na concepção de formação humana integral, onilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura e, a partir dessa mesma base, também oferecer, como possibilidade, o ensino médio integrado (MOURA, LIMA FILHO E SILVA, 2015, p. 1.072).

Essa abordagem também é mencionada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, em que reforça a “defesa da formação omnilateral, ou seja, verdadeiramente integral do ser humano, pressupondo, portanto, estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia.” (IFG, 2018d, p. 105).

A formação integrada omnilateral também é referenciada no PPPI do IFG, em que se propõe “estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional.” (IFG, 2018e, p. 03).

Se a formação profissional no ensino médio é uma formação imposta pela sociedade capitalista aos filhos dos trabalhadores que precisam de uma profissão ainda na educação básica, “admitir legalmente essa necessidade é um problema ético-político” (CIAVATTA, 2014, p. 198), pois de acordo ainda com a autora, o que se busca não é



apenas atender essa necessidade, mas alterar as condições em que a formação profissional se constitui.

A instituição é tida como um “espaço de socialização do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais” (IFG, 2018d, p. 136), além de ser cada vez mais atuante na comunidade em que está inserida. É a partir dessa atuação a relevância de se analisar a forma como o IFG se comunica com a comunidade externa, numa perspectiva a partir do projeto “Conhecendo o IFG”, para que os alunos dos 9º anos das escolas públicas decidam ou não em fazer o processo seletivo e, conseqüentemente, estudar na instituição.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional do IFG (PPPI), o Instituto atua com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFG, 2018e), em que a extensão (área a que o projeto “Conhecendo o IFG” está vinculado), tem o objetivo de

promover a democratização e a socialização do conhecimento produzido e/ou acumulado pelo instituto; ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade”, além de “promover o acesso, permanência e conclusão com êxito à educação profissional e cidadã (IFG, 2018e, p. 38).

Para Mazzilli (2011), essa associação entre os termos continua, na prática, difícil de se concretizar nas instituições educativas, pois ela de fato muitas vezes não se efetiva, ocorrendo de forma fragmentada. O ensino sem pesquisa e extensão “tende a reduzir-se ao aprendizado de técnicas, sem requerer compreensão do significado social desta mesma profissão e do profissional que a executa” (MAZZILLI, 2011, p. 219).

Apreende-se, ainda, pela análise do PPPI, a extensão abordada institucionalmente como política, trazendo os seguintes itens: a) objetivos; b) diretrizes; c) atividades; d) regulamentos, convênios e parcerias; e) meios e instrumentos de apoio. Pelo documento, a extensão tem o objetivo de “promover a democratização e a socialização do conhecimento produzido e/ou acumulado pelo instituto; ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade” (IFG, 2018e, p. 38), além de “promover o acesso, permanência e conclusão com êxito à educação profissional e cidadã” (IFG, 2018e, p. 39).



Para Mazzilli (2011), a atuação em extensão (bem como a união relação entre ensino, pesquisa) é tarefa institucional,

que demanda uma estrutura organizativa voltada para a superação da fragmentação que marca o modelo usualmente adotado pelas instituições educacionais, materializado na divisão social do trabalho entre os que decidem e os que executam, originário do modelo empresarial burocrático e tecnicista (MAZZILLI, 2011, p. 218).

Freire (2017) faz uma abordagem crítica quanto ao termo extensão; este associa-se a ideia de invasão cultural em que as relações entre invasor e invadido se configuram como autoritárias, pois

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles, estes são **pensados** por aqueles. O invasor prescreve, os invadidos são pacientes da prescrição. (FREIRE, 2017, p. 49, grifo do autor).

E ainda neste sentido, de acordo com o autor, prevalece uma falsa concepção de que o conhecimento pode ser transferido do extensionista (quem pratica a extensão) ao receptor desse conhecimento. Para ele, “o conhecimento não se **estende** do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.” (FREIRE, 2017, p. 42, grifo do autor).

Nesta abordagem, Freire (2017) faz uma defesa do termo comunicação em negação ao termo extensão, em que aquele deve relacionar-se à habilidade de dialogar de acordo com o público com que se comunica.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 2017, p. 65).



Temer e Tondato (2009, p. 80) também corroboram com o autor na ideia do “diálogo verdadeiro, no qual o indivíduo precisa do outro para conhecer a si mesmo e ao mundo (ou ao processo social)”. Assim como em Freire (2017), para as autoras, esse diálogo autêntico (a comunicação) ocorre quando os sujeitos estão em igualdade, quando eles são os próprios agentes do processo comunicacional.

Por tratar-se o IFG de uma instituição pública de ensino, a compreensão da comunicação deve ser pensada numa perspectiva de comunicação pública, que de acordo com Duarte (2009), diz respeito aos interesses coletivos, viabilizando o direito social (individual e coletivo) à informação, ao diálogo e à expressão.

Para Matos (2011), a concepção de comunicação pública se perpassa como um processo comunicacional que engloba Estado, governo e sociedade, em um espaço de debate. A comunicação pública não pode restringir-se a um fluxo de mensagens emitidas pelas “esferas governamentais para atingir cidadãos que não encontram espaços de interlocução com seus dirigentes. A comunicação pública deve ser pensada como um processo político de interação na qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (Matos, 2011, p. 44).

No entanto, de acordo ainda com a autora, a simples existência de espaços de debates não garante que haja participação. Duarte (2011, p. 128) também corrobora ao afirmar que “o desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre extensão e comunicação ainda se constituem como um campo de análise em andamento, portanto como possibilidade de integração dos termos e desenvolvimento de novas ações na atuação do Instituto Federal de Goiás.

O projeto Conhecendo o IFG, mesmo sendo um projeto de extensão instituído pelo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG de 2012 e executado no Câmpus Goiânia desde então, não se insere no PPPI de 2018 (atual), o que evidencia uma desarticulação do objetivo do projeto Conhecendo o IFG com política de extensão defendida pelo IFG. Neste sentido, faz-se necessário a inserção do projeto dentro do



PPPI para que ele tenha institucionalidade dentro das políticas de extensão do IFG, bem como seja fortalecido pela própria instituição.

Duarte (2011) analisa que a comunicação realizada em muitas instituições limita-se à divulgação de informações, em que predomina a concepção do emissor, em detrimento do receptor (cidadão) ou como abordado por Freire (2017), pela visão do extensionista. Pelo desenvolvimento da pesquisa, analisa-se o IFG nesta atuação com uma comunicação que, além de estar mais voltada para seus assuntos internos que pouco dizem à sociedade, propõe-se a comunicar através da divulgação que faz.

Diante do exposto, evidencia-se a importância da construção de meios que garantam a compreensão da formação técnica integrada ao ensino médio por meio da comunidade externa, para que consequentemente a instituição consiga manter, dentro do mínimo de 50% da oferta das vagas, a efetivação de matrículas e permanência do aluno no IFG. Ressalta-se o próprio projeto de extensão como meio plausível para melhor comunicar sobre a formação integrada junto à sociedade, em que os sujeitos estejam em um processo de interação que privilegia a expressão e o diálogo.

Deste modo, compreender essa formação técnica integrada ao ensino médio defendida pelo IFG requer o reconhecimento de uma sociedade dividida em classes sociais, que promove predominantemente a informação em detrimento da comunicação, dificultando o diálogo entre as instituições e os cidadãos, os trabalhadores sobre os serviços ofertados e a natureza e princípios dos cursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014.



ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>>. Acesso em: 02 set. 2019.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 121-134.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosilda Darcy de Oliveira. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 2007, p. 125-140.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Conhecendo o IFG: Estudantes de escolas públicas.doc**. Goiânia, 11 de fevereiro de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2017: Campus Goiânia IFG**. Goiânia, mar. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Edital Proen nº 040/2018 - Técnico Integrado 2019 - Retificação nº 04**. Goiânia, 1º de agosto de 2018. Disponível em: <<http://selecao.ifg.edu.br/downloads/cod1415/edital%20integrado%202019%20-%20final%20-%20ret%2004.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Lista Final de Inscrição Deferida**. Goiânia, 10 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://selecao.ifg.edu.br/downloads/cod1415/lista%20final%20de%20inscricao%20deferidas1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012 a 2016**. Goiânia, dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFG 2019/2023**. Goiânia, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11544/PDI_IFG_2019_2023.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI/IFG)**. Goiânia, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <



<http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2033%202018.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2018**: Instituto Federal de Goiás - Câmpus Goiânia. Goiânia, set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Visão IFG** - Sistema de Visualização de Relatórios Acadêmicos. Disponível em: <<http://visao.ifg.edu.br>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MANSO, Edison de Almeida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia**. Tese. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/739>>. Acesso em: 20 out. 2019.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 39-57.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**. v. 27, n. 2, dez. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770/14361>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39**. Brasília, 8 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnia e formação integrada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; TONDATO, Marcia Perencin. Mídia e cidadania: uma relação na perspectiva histórica. **Revista Inter-Ação**. v. 34, n. 01, p. 75-88, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/6555/4808>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2. ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.